



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Expectativa de fim de greve

Magistério. Secretário-adjunto e grevistas participam de nova rodada de negociação

(Notícias do Dia , Política, 10)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 1º/7/11



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Política	Data: 01/07/11
Assunto: Expectativa de fim de greve		Página: 10

Expectativa de fim de greve

Magistério. Secretário-adjunto e grevistas participam de nova rodada de negociações

JOÃO MEASSI

joao@noticiasdodia.com.br

joao_ND

FLORIANÓPOLIS — O secretário-adjunto da Secretaria Estadual de Educação, Eduardo Deschamps, entra hoje à tarde em nova rodada de negociações com o comando de greve dos professores, mas com a mesma expectativa de outras reuniões: que se possa chegar a posições convergentes que culmine com o fim da greve que já dura 45 dias.

O novo encontro com o comando de greve acontece um dia depois que o Grupo Gestor do governo (Nelson Serpa, Ubiratan Rezende, Antonio Ceron, Derly Mas-saud, Milton Martini) se reuniu na Casa da Agronômica com o governador Raimundo Colombo

para analisar o rol de reivindicações apresentadas pelo Sindicato da categoria. “O governo não pode atender tudo, mas alguns pontos foram definidos nesta reunião”, afirmou Deschamps.

Ele não quis revelar os pontos definidos, mas adiantou que existe um posicionamento do governador de recompor a regência de classe. Em sua viagem pelo Oeste do Estado, o governador ouviu professores. E essas conversas foram levadas em conta durante a reunião na Casa da Agrônômica.

A formação de um grupo de trabalho, entre governo e Sinte para no prazo de 120 dias discutirem o reajuste do piso salarial para 2012, a revisão da lei das ACTs e concurso público de ingresso na carreira do magistério, também deverá ser aceita na reunião desta manhã.



REUNIÕES

Negociação entre o Sinte e o governo têm sido constante desde do início da paralisação

AS PROPOSTAS

Reivindicações dos professores

- 1** Anistia das faltas da greve de 2008 e todas as outras mobilizações a partir de 2007.
- 2** Revisão do decreto 3.593/2010, que trata da progressão funcional;
- 3** Formação de um grupo de trabalho entre governo e Sinte/SC para no prazo de 120 dias discutirem os seguintes pontos da pauta:
 - Revisão da Lei 456/2009, Lei dos ACTs;
 - Gestão democrática, com eleição direta para diretores de escola;
 - Reajuste do piso para 2012;
 - Realizar estudos para verificar formas de reajuste do vale alimentação;
 - Concurso público de ingresso para todos os cargos da carreira do magistério. (Realização de concurso no segundo semestre de 2011 para suprir as vagas excedentes, pelo fato de aproximadamente 50% dos professores em sala de aula serem ACTs e considerando o cumprimento de 1/3 de hora atividade da lei do piso nacional. A nomeação e posse dos classificados no concurso deverá ocorrer no início do ano letivo de 2012)
- 4** Tabela salarial

Princípios:

 - Implantação do Piso Salarial Profissional Nacional na carreira de forma parcelada a partir de abril de 2011. (Variando o percentual nos níveis de 4,9%, conforme tabela abaixo, em abril até 8,48%, com calendário a ser definido, permanecendo o percentual de 2,75% nas referências.)
 - O valor apresentado na tabela é apenas do vencimento, sem nenhuma gratificação.
 - Os valores do Prêmio Educar, Prêmio Jubilar e Prêmio Assiduidade estão incorporados nos valores da tabela salarial.
 - Manutenção de todas as gratificações do plano de carreira do magistério.



Os recursos do Fundeb na LDO

Os órgãos e poderes do Estado não vão perder recursos com a retirada das transferências do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), incluídas na receita líquida e que definem os percentuais de repasse no orçamento estadual. A afirmação é do deputado Gilmar Knaesel (PSDB), presidente da Comissão de Finanças e Tributação e relator da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

O deputado assegura que os recursos aos poderes serão mantidos com a redefinição dos percentuais. “O incremento da receita pode dar ao Executivo uma fatia maior, sem prejuízo aos demais poderes”, diz o deputado, que promete concluir na quarta-feira o relatório da LDO. Uma emenda, chancelada pelos líderes dos partidos, prevê o fim do Fundeb na soma da receita líquida. Isso representa distribuição de R\$ 300 milhões a menos. Esse valor terá que ser compensado de alguma forma. E isso cabe a LDO definir.

**Crterios.
Apenas nove
Estados brasileiros
utilizam
o critério de fixar o
repasse do Fundeb
com base na
receita líquida
disponível**

Desconforto entre os poderes do Estado

Foi no início da greve, que dura 45 dias, que começou a ser disseminada a notícia que as transferências do Fundeb serviam para inflar o bolo da receita. Primeiramente isso criou um mal entendido, que dinheiro da Educação estava indo para outros fins. E depois gerou um desconforto entre o governo e os poderes Judiciário e Ministério Público. O princípio de crise foi debelado pela intervenção do governador Raimundo Colombo, que atendeu o procurador-geral de Justiça e o presidente do Tribunal de Justiça.

Segundo o deputado, das 282 emendas apresentadas a LDO, pelo menos cem dizem respeito à infraestrutura rodoviária. “É um problema porque são valores altos”. Além das emendas rodoviárias, tem ainda mais 100 emendas das audiências do orçamento regionalizado do ano passado. Sem a votação da LDO, a Assembleia Legislativa não pode entrar no recesso de julho.

Enquanto isso, a Secretaria da Fazenda analisa estudos apresentadas por técnicos de orçamento do Tribunal de Justiça e Ministério Público Estadual. Os estudos visam compensar as perdas caso o Fundeb seja retirado do bolo da receita. Somente o TJ perderia R\$ 130 milhões no Orçamento de 2012, no ano que o percentual da receita passaria de 7,70% para 7,85%.

Para o presidente do TJ, José Trindade dos Santos, reduzir os valores comprometeria os serviços prestados pela justiça, até com o risco iminente de não implantar as varas previstas nas comarcas.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 1º/7/11
Assunto: Magistério – Governo e Sinte se reúnem na Capital		Página: 24

MAGISTÉRIO

Governo e Sinte se reúnem na Capital

Negociações serão retomadas hoje para tentar chegar ao fim da greve

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Depois de uma semana de expectativa e 45 dias de greve, a retomada das negociações entre governo e representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) foi marcada para hoje à tarde. Serão discutidos os dois pontos principais de divergência: os valores da regência de classe – uma gratificação sobre o salário-base e a recomposição da tabela salarial.

A decisão foi tomada, depois da reunião de ontem entre o governador Raimundo Colombo e o grupo gestor. O secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, informou que a discussão será feita com base na última proposta apresentada pelo sindicato, na terça-feira, e com a última alternativa dada pelo governo, divulgada em 6 de junho e que foi en-

caminhada para Assembleia Legislativa, em forma de medida provisória.

O governo quer recompor os valores da regência de classe e que foram reduzidos nesta última proposta. Apesar disso, Deschamps adiantou que isto não deve ser feito neste ano. Ela era de 40% para professores de 1º a 5º ano do ensino fundamental e passou para 25% do salário-base. Já para docentes do ensino médio e de 6º a 9º ano do fundamental, que ganhavam 25%, ficaram com 17%.

Outro ponto é a recomposição da tabela salarial, que foi alterada. Os professores pedem que o reajuste dado ao professor com ensino médio, que passou de R\$ 609 para R\$ 1.187 (94%), seja repassado para os 12 níveis (médio a doutorado), respeitando a progressão de 8,48% entre eles. Uma assembleia estadual deve ser marcada para a próxima semana.

Com a última proposta apresentada, o Estado irá gastar R\$ 22 milhões

a mais por mês. A posição do governo é de que este é o limite legal, não podendo ser ultrapassado, o que aconteceria caso os valores da regência de classe fossem mantidos. Integrantes do grupo gestor afirmam que não há divergências em relação a este ponto.

– A posição do governo é única. Eu sigo a opinião de quem controla o dinheiro. Cada membro do grupo opina naquilo que domina. Eu não posso opinar na área jurídica, por exemplo – explicou o secretário da Comunicação Derly Anunciação.

O secretário da Fazenda, Ubiratan Rezende, responsável pelos estudos do limite financeiro, garantiu que cabe a ele informar ao governador da disponibilidade de recursos.

– Repasso informações com base em números, para que o governador tome as decisões. Estamos no limite – ressaltou o secretário.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 1º/7/11
Assunto: Expectativa		Página: 12

Expectativa

Reunião entre o secretário adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, e a diretoria do Sinte, hoje, às 14h, poderá definir o futuro do movimento dos professores estaduais.

Existe a expectativa de que as cláusulas que tratam da regência de classe e da readequação da tabela salarial tenham uma proposta de reavaliação futura. A greve completa 45 dias.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 1º/7/11
Assunto: (sem título)		Página: 3

◆ Governo transferiu das 10h para as 14h a reunião entre o secretário adjunto Eduardo Deschamps e a diretoria do Sinte. Pediu mais tempo para fazer novas simulações. A resposta oficial deve se concentrar em benefícios a serem pagos só em 2012.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Estado	Data: 01/07/11
Assunto: Governo e Sinte voltam a negociar		Página: 12

Governo e Sinte voltam a negociar

Depois de uma semana de expectativa e 45 dias de greve, a retomada das negociações entre o governo e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) foi marcada para hoje. Serão discutidos os dois pontos principais de divergência: os valores da regência de classe – uma gratificação sobre o salário-base – e a recomposição da tabela salarial.

O secretário adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, informou que a discussão será feita com base na última proposta apresentada pelo sindicato na terça-feira e com a última alternativa dada pelo governo, divulgada em 6 de junho e que foi encaminhada à Assembleia Legislativa, em forma de medida provisória.

O governo do Estado quer recompor os valores da regência de classe e que foram reduzidos nesta última proposta.



CLIPPING

Veiculo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 01/07/11
Assunto: Mais uma tentativa		Página: 02

Mais uma tentativa
É bom deixar claro que não há como avançar além dos R\$ 22 milhões disponibilizados pelo governo. Há limitações de caixa para este ano. Mas depois de uma reunião do grupo Gestor com o governador Raimundo Colombo alguns pontos foram atacados e um deles foi a regência de classe. O secretário-adjunto Eduardo Deschamps vai levar ao Sinte, hoje, algumas simulações recuperando a regência. Mas no ano que vem, pois significa R\$ 18 milhões/mês. A tabela também estará em debate visando uma recomposição, pois a apresentada é provisória. Mas no ano que vem. Ou seja, a proposta é garantir aos professores avanços e estabelecendo datas e valores. Mas no ano que vem, embora entre o dia de hoje e o de amanhã tenha uma noite e as calculadoras estão em atividade. A tentativa é iniciar a partir de hoje avaliações por meio de um grupo de trabalho, visando acordos em sintonia com a categoria. De repente mantendo até o estado de greve, mas retornando às aulas. Não está descartada alguma proposta de valores, mas os limites estão definidos.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Cláudio Prisco	Data: 01/07/11
Assunto: Pauta		Página: 17

Pauta

Em meio à crise da greve do magistério, o secretário Marco Tebaldi (Educação) procura imprimir uma agenda positiva. Ontem, visitou as obras e terrenos onde serão construídas novas escolas no Extremo Oeste. Os investimentos nas SDRs de Itapiranga, São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira e São Lourenço do Oeste chegam a R\$ 16,9 milhões. Hoje, participa de reunião ordinária do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação, na condição de vice-presidente da entidade.

CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 01/07/11
Assunto: Retrato atual		Página: 02

Retrato atual

Há um clima de insatisfação controlável entre o Grupo Gestor e o Parlamento. Por parte do governo deu para localizar desencontros com a "intromissão" do Legislativo que, segundo avaliam, alimentou ainda mais a paralisação do magistério. O primeiro foi o líder do governo Elzeu Mattos, que tentou debelar a greve. Não conseguiu. Retirou-se se sentindo desrespeitado pela categoria. Depois foi o presidente da Assembleia, Gelson Merísio, com o apoio dos líderes que apresentou várias ações atendendo em parte as reivindicações dos professores. Acabou acendendo opiniões contrárias do Grupo Gestor. Os professores unidos e lutando por seus direitos localizaram, sem querer, falhas

e estragos no governo, desde vaidades, incompetência, falta de apoio, desunião e interesses localizados. Não é um governo de um por todos e todos por um. É um governo de cada um por si, pelo menos foi o que deu para perceber nesse primeiro obstáculo. Quando se sai para defender alguma coisa, que se defenda o governo e suas posições evitando "partidarizar" ou estabelecer ainda mais o sentimento de ilhas independente. Claro que uma aliança deste tamanho serve muito mais nas questões eleitorais, revelando mais tarde suas dificuldades de discurso único e ações coletivas. A greve dos professores de repente está servindo como lição para futuros obstáculos.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 1º/7/11
Assunto: Comissão da Câmara discute as metas para o ensino superior		Página: online

Comissão da Câmara discute as metas para o ensino superior

A elevação da taxa de matrícula da população de 18 a 24 anos, dos atuais 17,4% para 33%, até 2020, é uma das metas previstas para o ensino superior pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Este foi um dos assuntos discutidos na tarde de quarta-feira (29), pela comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o projeto de lei 1209/11, que tramita naquela casa em regime de urgência.

“É uma meta possível de ser alcançada, principalmente se observarmos o salto que o país deu nos últimos oito anos, triplicando o número de concluintes no ensino superior”, observou o secretário de educação superior do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa. A meta prevista para a taxa de matrícula no ensino superior, sem considerar faixas etárias, é de 50% da população, também até 2020.

Durante o encontro, Costa elencou as cinco principais ações do ministério que objetivam o cumprimento das metas: a ampliação e interiorização das universidades federais com o Programa de Expansão e Reestruturação (Reuni), a expansão da rede federal de educação tecnológica, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

“São ações que estão em constante aperfeiçoamento para que seja alcançada a ampliação do acesso, com a garantia da qualidade”, afirmou.

Sobre as formas de acesso, o secretário ressaltou a mudança cultural que o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) provocou no modelo tradicional de vestibular. “É um sistema mais justo porque permite aos estudantes sem condições financeiras o acesso a diversas instituições públicas de ensino superior, além de reduzir toda aquela pressão que os vestibulares provocavam.”

O programa de oferta de 75 mil bolsas de estudos no exterior, no prazo de quatro anos, em desenvolvimento pelos ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, também foi lembrado pelo secretário como estratégia para a ampliação do acesso. “É uma ação que terá forte impacto na qualidade do ensino e no estímulo aos jovens



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 1º/7/11
Assunto: Recursos de R\$100,9 milhões são liberados a escolas		Página: online

Recursos de R\$ 100,9 milhões são liberados a escolas

Recursos de aproximadamente R\$ 100,9 milhões estão à disposição das unidades de ensino públicas cadastradas no programa Dinheiro Direito na Escola (PDDE), que presta assistência financeira, em caráter suplementar, a instituições de educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal. O orçamento do programa para este ano chega a R\$ 1,5 bilhão. O repasse dos recursos é de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O PDDE, que também atende escolas particulares de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, tem o propósito de melhorar a infraestrutura física e pedagógica das escolas e reforçar a autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático para elevar os índices de desempenho.

Também foram liberados pelo FNDE R\$ 1,4 milhão a 90 instituições de ensino que aderiram ao Compromisso todos pela Educação e planejaram a implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE). Além desses valores, foram transferidos R\$ 716,6 mil a 338 instituições que atendem alunos com deficiência e cerca de R\$ 6 milhões referentes ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem Urbano), da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência de República.

Os valores transferidos podem ser conferidos pela internet, na [página eletrônica](#) do FNDE.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 1º/7/11
Assunto: Prazo para renovar contratos é prorrogado até 31 de julho		Página: online

Prazo para renovar contratos é prorrogado até 31 de julho

Está prorrogado até 31 de julho o prazo para a renovação (aditamento) dos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), incluindo aqueles assinados com a Caixa Econômica Federal. Para estes, o prazo encerrado em 29 de abril foi reaberto. O prazo dos demais venceria na quinta-feira (30). A renovação contratual é obrigatória para que o estudante continue recebendo o financiamento. O aditamento é semestral.

De acordo com Antonio Corrêa Neto, diretor financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a resolução n.º 1/2011 trata da prorrogação de prazo aos estudantes que tomaram financiamento a partir de 14 de janeiro de 2010, quando entrou em vigor a Lei n.º 12.202, e também reabre prazo para os alunos que assinaram contratos antes da vigência dessa lei.

Os financiados a partir de 14 de janeiro de 2010 devem aditar os contratos no Sistema Informatizado (SisFies) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o agente operador do Fies a partir daquela data, de acordo com a lei n.º 12.202/2010.

Os demais estudantes, explica Antonio Corrêa Neto, devem renovar o financiamento no Sistema de Financiamento Estudantil (Sifes), da Caixa Econômica Federal. O prazo de renovação dos alunos que tomaram financiamento direto na Caixa foi encerrado em 29 de abril e agora foi reaberto. Para os dois casos, a data final é 31 de julho de 2011.

Em 2012, as bases de financiamento da Caixa e do FNDE serão unificadas e os alunos passarão a contratar e renovar financiamentos exclusivamente no Sistema Informatizado (SisFies) do FNDE, segundo Antonio Corrêa Neto.

Clipping

CNTE

Projovem Urbano será gerido pelo Ministério da Educação

› Data: 30/06/2011
› Veículo: NE 10
› Editoria:
› Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

O programa Projovem Urbano do governo federal será gerido a partir desta quinta-feira (30) pelo Ministério da Educação (MEC). O governo também anunciou que novas turmas serão abertas no início de 2012, já sob a coordenação do MEC.

De acordo com nota divulgada nesta quinta pela Secretaria-Geral da Presidência da República, a mudança objetiva garantir a "atualização, o aperfeiçoamento e a expansão" do programa.

O Projovem Urbano foi instituído em 2005, durante o governo do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O programa era gerido pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Conselho Nacional de Juventude, órgãos vinculados à Secretaria-Geral da Presidência da República. O programa tem o objetivo de promover a inclusão social dos jovens.

"A transferência da coordenação do Projovem Urbano para o MEC, após seis anos de experiência exitosa, visa a ultrapassar sua etapa de implantação para lhe dar a condição de política pública vinculada à estrutura do sistema educacional brasileiro. Com isso, sua potencialidade já demonstrada poderá ser plenamente realizada, ampliando expressivamente sua abrangência e aperfeiçoando sua execução", diz a nota divulgada pelo ministro Gilberto Carvalho.



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Artigo	Data: 1º/7/11
Assunto: O filho de político e a escola		Página: Online

ARTIGO

O filho de político e a escola

Tramita na Comissão de Constituição e Justiça do Senado o Projeto de Lei 480/07, de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que obriga filho de político a estudar em escola pública.

Não se melhora a qualidade da escola pública por medidas estapafúrdias e obrigatórias. A obrigatoriedade, para se ter uma escola pública de qualidade, deveria partir da disposição da classe política, sem matiz partidária, em exigir dos governos investimentos substantivos em educação e cultura, para que todos tivessem um ensino público de alta referência.

Gasta-se dinheiro com mordomias públicas imorais, e vejam o que representa a manutenção de um inoperante e inchado Congresso Nacional, com 81 senadores e 513 deputados federais, cujos planos de saúdes dos congressistas e familiares são bancados pelos contribuintes nacionais. E falta dinheiro para educação e cultura.

A nossa dívida pública interna anda na casa de R\$ 1,653 trilhão, que o governo não combate. Temos uma das maiores cargas tributárias do mundo e um sistema público de saúde deficiente. E não se sabe onde o nosso imposto é aplicado.

O senador Cristovam Buarque é um idealista da educação e não podemos negar. Deveria ser o nosso eterno ministro da Educação, mas foi injustamente defenestrado por quem não tinha competência educacional e estava comandando o país. Pois bem, não obstante a proposta do senador seja nobre, ela carrega consigo a marca da inconstitucionalidade, porque obriga cidadãos ou grupos a ter tratamento desigual no campo da liberdade democrática.

O projeto dele desrespeita a igualdade de tratamento (Artigo 5º da Constituição). Por outro lado, o próprio Artigo 209, da Constituição diz: “O ensino é livre à iniciativa privada”. Ora, se os colégios particulares são autorizados a funcionar, nenhum cidadão pode ficar impedido de optar pela escola particular, só porque esteja exercendo mandato político. Estamos numa democracia com liberdade de viver, de escolher etc., observados os limites constitucionais.

JÚLIO CÉSAR CARDOSO|Servidor federal aposentado